
Guilhermina Bezerra: Representações de Medo Sobre o Regime Militar Entre as Estudantes da Escola Normal Oficial de Picos (1967-1985)¹

Lana Krisna de Carvalho MORAIS²
Virgínia Pereira da Silva de ÁVILA³
Universidade de Pernambuco-UPE Petrolina

RESUMO

Esta pesquisa analisa as representações construídas por alunas da Escola Normal Oficial de Picos durante o regime militar no Brasil, com um recorte temporal que vai de 1967 a 1985. O estudo é de natureza descritiva, caracteriza-se como pesquisa historiográfica, utiliza a entrevista em profundidade para explorar a temática a partir das representações e vivências das entrevistadas. Foi possível observar que as normalistas tinham pouco acesso às informações sobre o momento político, os professores temiam tratar sobre assunto e os meios de comunicação apresentavam a ditadura com uma ação positiva para o desenvolvimento e ordem da nação. As representações de medo surgiram a partir de um episódio relacionado à prisão de Guilhermina Bezerra, que pertencia a tradicional família picoense.

PALAVRAS-CHAVE: Regime Militar; Normalistas; Representações;

INTRODUÇÃO

A situação econômica do país não ia bem, os conflitos de natureza classista se fortaleciam. De um lado os que defendiam reformas e distribuição de renda e do outro, os que não eram a favor. A instabilidade provocada pela conjuntura política ocasionou problemas de governabilidade. O país estava polarizado, a burguesia industrial e financeira, os grandes proprietários de terra se opuseram ao governo e fortaleceram as fileiras do movimento golpista no Brasil (NETTO, 2014). O texto introdutório poderia ser aplicado ao momento político versado pelos brasileiros entre os anos de 2014 e 2016, mas trata-se do cenário que antecedeu o golpe militar de 1964.

Com o regime militar os brasileiros também vivenciaram mudanças no processo de ensino com as reformas educacionais nas universidades e o estabelecimento do

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco- UPE *campus* Petrolina, e-mail: lanakrisna.lm@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora titular do Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco- UPE *campus* Petrolina, e-mail: virginia.avila@upe.br

sistema nacional de 1º e 2º graus, que buscavam aumentar a eficiência do trabalhador a partir da modernização imposta mediante relações capitalistas de trabalho e racionalidade tecnocrática dos governos militares, criando um sistema nacional de ensino que possibilitasse alavancar a política de crescimento econômico sem críticos opositores ao governo (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2008).

Como bem assinado por Rocha (2014, p. 7),

Esse momento histórico se caracterizou por inúmeras restrições à sociedade brasileira, que foi privada de seus direitos por meio do uso excessivo de violência. A educação, assim com as demais instituições públicas, sofreu grandes transformações ao ser submetida ao AI-5 (Ato Institucional n.º 5), que deu plenos poderes ao presidente para fechar o Congresso, cassar mandatos e suspender direitos políticos. Com o AI5, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 477, que reduziu significativamente os direitos dos estudantes, funcionários e professores.

Em meio a esse cenário surge a Escola Normal Oficial de Picos-PI, criada no dia 05 de março de 1967. A ENOP nasce assinalada pelo propósito formar professoras primárias para cidade e municípios da macrorregião sob a égide das disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira, entre outras, onde as normalistas aprendiam sobre as práticas pedagógicas, eram preparadas para educar os filhos dos outros e os próprios filhos, uma formação que ultrapassava o saber pedagógico e atenuava o perfil idealizado da professora, esposa e dona de casa, obediente e talentosa, formada num ambiente rígido e vigiado, como reflexo do regime político e das marcas patriarcais da sociedade piauiense (PINHEIRO, 2007).

Assim, esta pesquisa realiza uma análise sobre as representações de medo construídas por estudantes normalistas a partir da prisão de Guilhermina Bezerra, jovem de família tradicional da cidade de Picos presa na cidade de Recife-PE no ano 1972.

O regime militar tentou silenciar debates e questionamentos acerca do momento político em diversas instituições de ensino espalhadas pelo país, “foram vinte longos anos que impuseram à massa dos brasileiros a despolitização e a mordaza” (NETTO, 2014, p.17), perseguiu, torturou e tirou a vida professores, estudantes, operários, artistas, sindicalistas, escritores e cientistas que transgrediam as regras vigentes, ainda é ínfimo o número de desaparecidos (BRASIL, 2007), dentre eles marido da jovem Picoense Guilhermina Bezerra, o geólogo Ezequias Bezerra da Rocha (1944-1972), formado pela Universidade Federal de Pernambuco em 1968, “Opositor do regime militar, participou

do movimento estudantil universitário e, depois, ajudava aos militantes do Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR)” (PARAÍBA, 2017, p. 200).

Neste cenário, buscou-se através do uso da entrevista em profundidade e de uma abordagem historiográfica vinculada à História Cultural, compreender quais representações foram construídas pelas normalistas sobre o regime militar a partir da prisão de Guilhermina Bezerra?

A Nova História Cultural, que em outros tempos foi deixada de lado por tratar da vida cotidiana das pessoas e considerada sem importância, neste trabalho assume o papel de protagonista para o estudo e registro histórico a partir da micro história e a história da vida cotidiana, “[...] o centro a que tudo o mais deve ser relacionado” (BURKE, 1992, p.23).

Compreender história, política e seus reflexos na sociedade não é uma tarefa fácil, fazer uso de acontecimentos para analisar fatos importantes que ocorreram no passado além de desoficializar o discurso, também proporciona a contextualização dos fatos à realidade de quem os estuda, construindo novas narrativas aprofundadas pela visão dos seus agentes principais, neste caso ex-normalistas. Halbwachs (1990, p.51) aponta que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

HISTORIOGRAFIA E REPRESENTAÇÕES

Ao realizar- uma relação entre presente e passado, deve-se acrescentar ainda a relação com o futuro e sua imprevisibilidade. Para Le Goff (1992, p.28), “a historiografia surge como seqüência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões”. O autor discorre que existem diferenças entre a memória coletiva e a memória dos historiadores, de forma que a primeira mantém uma relação inacabada entre o presente e o passado, tonando-se “mítica, deformada, anacrônica” (1992, p.29), assim, cabe à segunda retificar esses erros.

Ao longo da obra *História e Memória*, Le Goff (1992) analisa a construção do fato histórico levando em conta a objetividade e a manipulação, aponta que a verdade é uma norma para todas as ciências, mas que a memória integra um jogo de poder, podendo permitir a manipulação dos acontecimentos de forma consciente ou inconsciente quando se obedece aos interesses individuais ou coletivos. Nesta busca

pela compreensão da objetividade na escrita histórica Le Goff (1992, p.33) observa que “A objetividade histórica – objetivo ambicioso – constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações sucessivas e acumulação de verdades parciais”.

Peter Burke (1992) ao tratar sobre historiografia, explica que a nomenclatura nova história surge a partir de uma reação contra o modelo tradicional. Discorre acerca de seis pontos que contribuem para compreensão do paradigma tradicional e a nova história. No primeiro ponto recorda que o paradigma tradicional está diretamente ligado à história política, igrejas e guerra, marginalizando temáticas como a história das ciências e das artes. Contrária a esta perspectiva, a nova história passa a manifestar interesse por toda atividade humana. Burke (1992, p.13) esclarece que:

O relativismo cultural aqui implícito merece ser enfatizado. A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. [...] Este relativismo também destrói a tradicional distinção entre o que é central e o que é periférico na história.

No segundo, discorre que ao tempo que a nova história está voltada para análise da estrutura dos acontecimentos e seu contexto, a linha tradicional enxerga a história como uma narrativa dos fatos. Num terceiro ponto, elucida que a linha tradicional “oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos” (1992, p. 14), já a nova história preocupa-se com a história vista de baixo, que apresenta relatos de pessoas comuns e não apenas das fontes oficiais. No quarto item, Burke analisa que para os seguidores do paradigma tradicional, a história deveria basear-se em documentos oficiais, por levar a em conta a limitação das fontes narrativas, de forma a negligenciar outras evidências, voltando-se mais uma vez às fontes oficiais, visto que estes documentos trariam apenas a visão de quem estivesse no poder, marginalizando a variedade da atividade humana, desde aqueles que eram considerados rebeldes ou agitadores, ou que se opunham ao sistema.

O quinto ponto remete à fragilidade dos questionamentos propostos pelo paradigma tradicional, que não levavam em conta o contexto, “os movimentos coletivos, as ações individuais, tanto com as tendências, quanto com os acontecimentos” (BURKE, 1992, p.16). O sexto e último ponto critica a visão do paradigma tradicional, que defendia a História como sendo objetiva, determinando ao historiador a função de

apresentar os acontecimentos da forma que ocorreram. Cada ser humano é subjetivo por natureza, carrega consigo uma bagagem cultural extraída de suas experiências de vida e a própria seleção das fontes determina a subjetividade do que está sendo escrito, esta crítica também está presente nos clássicos do jornalismo, que apontam a imparcialidade jornalística como uma falácia. Burke (1992, p.17) elucida assim aspectos que levaram ao surgimento da nomenclatura Nova História e História Cultural:

O relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra.

Sobre o uso de micro história dentro da historiografia, Levi (1999, p.136) explica que este método permite uma “redução na escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”, mesmo diante das ambiguidades desta afirmação, o autor aponta como característica a possibilidade de compreender estruturas sociais mais complexas sem perder de vista a situação de vida, o espaço social que cada indivíduo exerce nesta estrutura social.

Chartier inclui as representações no seu debate quando atenua a história numa perspectiva que estabelece abordagens de uma história cultural do social e propõe novos caminhos para historiografia, que caminha para seus usos culturais, como assinala (1989, p.173):

Tentar superá-la exige, a princípio, considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras "instituições sociais", incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social.

A partir da relação com outros campos de conhecimento, propõe que a história cultural francesa enxergue seus objetos a partir de nova ótica, identificando o *habitus* e o *campo*, possibilitando visualizar a forma como realidades sociais foram constituídas, levando em conta variáveis como classe social e acesso ao conhecimento, Chartier (1988, p.17) aponta que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Logo, essas representações não são consideradas neutras, pois partem de estratégias e práticas que impõem autoridade, de forma a justificar para os indivíduos

suas condutas, nesta perspectiva as representações são utilizadas pelo autor como um instrumento metodológico que possibilita analisar um espaço ou tempo histórico particular, de maneira que se permita compreender as estruturas específicas, lutas e relações dentro de determinado grupo.

Construindo relações entre história, historiografia e representações, Brito (2008) questiona-se acerca da possibilidade de existir um passado (na perspectiva da realidade histórica), sem que existissem as representações sobre ele construídas. A autora aponta que a compreensão do mundo social ocorre dentro de um cenário de lutas entre representações que serão ou não fixadas pelos sujeitos. Brito (2008, p. 31) afirma que a construção de representações acerca de um momento específico

Sempre dependente de apreensão, a realidade social é o reino dos sentidos possíveis. Plurais, esses sentidos instauram um mundo marcado pelo movimento e pela incompletude – já que os sentidos sempre poderiam, podem e poderão ser outros, e são instaurados continuamente de forma provisória, mediante lutas.

A autora explica que essa busca constante por sentidos produzidos pelos atores sociais através das representações permite a compreensão das tramas do mundo social e colabora na construção de sentidos para realidade. No entanto, destaca que para se analisar o mundo através de suas representações, faz-se necessário entender que estas apoiam-se em valores impostos pelos grupos que as constroem, estes valores são pautados por saberes anteriores. Neste viés, a compreensão do contexto social faz toda diferença, é o que a autora chama de ancoragem, em outras palavras unir a representação e o seu objeto para que sejam analisados sob a ótica dos valores sócias vigentes.

No estudo das representações vale ressaltar a produção de sentido no silenciamento, expressão que não se refere ao silêncio, mas ao que foi posto em silêncio, silenciado, o não-dito. Dentro desta discussão, Orlandi (2007, p.13-14) afirma que o silêncio tem força corrosiva, tal qual o curso da água – se impedida. Logo, as palavras não-ditas emergem. “O sentido não pára; ele muda de caminho. [...] Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio. O silêncio ‘fala’ por elas; elas silenciam”.

Orlandi (2007) nomeia o silenciamento como a “política do silêncio”, ou seja, tomar a palavra, obrigar a dizer ou fazer calar. Fazendo uma ponte com o debate sobre

gênero, o papel social da mulher dentro da organização da família patriarcal brasileira foi de silenciamento, discussão que será aprofundada mais adiante.

Na perspectiva Kuyumjian (2008, p.09), o trabalhado do historiador está articulado entre a escrita e o “texto ausente”, referindo-se ao que foi “relegado ou apagado no processo de construção”. Neste sentido, a historiografia tem endossado a busca por sentidos múltiplos dos acontecimentos, procurando fontes e indícios que ficaram no “texto ausente”, no silenciamento diante dos acontecimentos. Fazendo referência à colocação de José D’Assunção Barros (2003, p.157) recorda que as práticas culturais não estão presentes apenas nas manifestações artísticas, na produção literária ou nos hábitos de um período específico, elas estão na forma como “os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se”.

Negrão de Mello (2008) aponta que a pesquisa no campo da história cultural, que tem a historiografia como local de trabalho, é antes de tudo um lugar de encontro, um espaço de diálogo com outras áreas de trabalho, portanto, interdisciplinar. Pesavento (2003) defende que a visibilidade ofertada à História Cultural nos últimos tempos, ocorre justamente em virtude da multiplicação do universo temático e objetos de estudo, com a multiplicidade de fontes e novos recortes da realidade. Entre as novas correntes citadas pela História Cultural, Pesavento (2003) destaca a compreensão da história como narrativa construída a partir de uma representação do passado, neste cenário a escrita e a leitura são indivisíveis, pois é a partir da análise da produção e recepção da mensagem que são veiculadas as representações.

Compreender a escrita e a ausência dela, o debate ou o silenciamento diante dos acontecimentos é decodificar os significados que as mensagens comportam, mesmo quando não ditas. Para tanto, é necessário compreender o contexto, visualizar os sujeitos como seres sociais, tentando atingir a percepção dos indivíduos no tempo, quais são seus valores, aspirações, modelos, ambições e temores, como discorre Pesavento (2003, p.37):

Mas é preciso ir de um texto a outro texto, sair da fonte para mergulhar no referencial de contingência no qual se insere o objeto do historiador. Do texto ao extratexto, esse procedimento potencializa a interpretação e assinala uma condição especialíssima, que é o verdadeiro capital do historiador: a sua erudição.

Trata-se do intento para se pensar e compreender a representação do mundo em uma determinada época, desvendando através das entrevistas e pesquisas documentais o cotidiano de pessoas que estiveram à margem do processo de construção do discurso oficial sobre os acontecimentos.

REPRESENTAÇÕES SOBRE O REGIME MILITAR NO BRASIL

Para realização desta pesquisa foram entrevistadas duas alunas e uma professora, ambas atuaram a Escola Normal Oficial de Picos no período do regime militar e conheceram Guilhermina Bezerra. A professora Eunice Teixeira vivenciou a Escola Normal Oficial de Picos sob duas óticas: a primeira como estudante quando ingressou na segunda turma de normalistas no ano de 1968, e a segunda quando se tornou professora, a partir de 1977, quase uma década depois teve a oportunidade de retornar para Picos e trabalhar ao lado mulheres que haviam sido suas professoras.

Ainda como estudante, rememora que os meios de comunicação não tratavam sobre o regime militar, mas ainda assim ela “sentia” que algo estava errado, principalmente através das informações que recebia dos amigos que moravam nas capitais por meio de cartas, como assinala:

Não chegava não. Era proibido falar, a gente sentia né?! No dia-a-dia ouvia falar sobre pessoas que tinham sido presas, ou os que foram expulsas. os alunos que estudavam fora, naquele tempo não tinha e-mail, mas a gente se correspondia. Eles mandavam carta pra gente e a gente mandava carta para eles. Eu lembro muito de Gonzaguinha, Gerardo da Dantex, ele escrevia muito pra mim e dizia: ‘Oh, hoje o Gonzaguinha foi entrevistado num sei aonde e ele só não foi para cadeia por que era filho de Luiz Gonzaga, se não ele teria sido preso’. Ele era terrível, ele e essa turma Chico Buarque. Então as informações que chegavam eram através de uns aos outros, os meios de comunicação só diziam que tudo era muito bom (TEIXEIRA, 2018).

O silenciamento dos meios de comunicação tem um impacto sobre as representações, mesmo sendo não proposta desta pesquisa discutir acerca dos meios de comunicação no período do regime militar no Brasil, não é possível ignorar a censura e seu papel durante o período ditatorial. Visto que os professores temiam falar no assunto e os meios de comunicação se calaram, alguns pela repressão, outros pela conveniência.

A importância da censura durante todo regime ditatorial – mas principalmente durante os *anos de chumbo* – ganha toda sua dimensão se considerarmos que, além da censura exercitada pelos agentes do regime, imperaram ainda a *censura econômica* (realizada por órgãos

governamentais e agências de propaganda que negavam publicidade a veículos de imprensa) e a *autocensura* dos proprietários dos meios de comunicação (temerosos de perder as benesses de que desfrutavam) (NETTO, 2014, p. 169).

Darci de Deus (2017) recordou entre as memórias de medo, um episódio ocorrido com Guilhermina Bezerra, que era uma jovem picoense, formada em Serviço Social em Recife-PE, que foi presa juntamente com o seu esposo, um geólogo morto no período. “A gente nem triscava no assunto com medo de ser presa, e quando Guilhermina foi presa, aí foi que a gente ficou com medo, não confiava nem na outra [professora] com medo de denunciar” (DEUS, 2017). A ex-professora ressalta que a época o regime militar era muitas vezes analisado como necessário para impor respeito.

O acesso restrito às informações, a pouca idade e o fato de terem crescido em pleno regime militar, foram fatores que levaram as normalistas a enxergarem o momento político com certa normalidade, mesmo quando tinham conhecimento, através dos meios de comunicação de massa, da prisão ou exílio de alguma personalidade conhecida.

A história de Guilhermina Bezerra Rocha foi a maior denotação de medo dentro representações sobre o regime militar. Citada por Darci de Deus (2017), Hosana Araújo (2018) e Eunice Teixeira (2018), a morte de Guilhermina ainda deixa lacunas e a construção da sua memória instiga futuras pesquisas. Guilhermina pertencia a uma família tradicional de Picos, foi morar em Recife-PE onde formou-se em Serviço Social e conheceu aquele que se tornaria seu marido, o geólogo Ezequias Bezerra da Rocha (1944-1972), formado pela Universidade Federal de Pernambuco em 1968, a partir dos recortes abaixo é possível compreender o contexto da prisão:

durante a madrugada do dia 11 de março 1972, sendo encapuzados e levados a local ignorado. Estavam a frente do IV Exército, Vicente de Paulo Dale Coutinho, que comandava a unidade e Confúcio Danton de Paula Avelino, diretor do Quartel General, considerado o braço direito do Coronel Dale Coutinho. Em seu depoimento à Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Guilhermina descreve o que viu após ver seu marido saindo da sala de interrogatório e colocado numa cela perto da que ela estava:

Fomos conduzidos para dentro e eu fui posta numa cela enquanto Ezequias foi ao interrogatório. Mas aquilo não era interrogatório, era um verdadeiro massacre aplicado numa pessoa indefesa. De onde eu estava ouvia a pancadaria. Foram horas terríveis. Aquilo parecia mais um pesadelo. Eu queria acordar e não conseguia. Houve momentos em que pensava que o Quias [Ezequias] estava morto, pelo silêncio de dor que se fazia, pois não era possível, tantos bater tanto numa única pessoa. Depois de muito tempo eles pararam de torturá-lo e o colocaram numa cela perto da minha. Quando ele passou por

mim, carregado por policiais, parecia um farrapo humano, havia sangue por todas as partes do seu corpo. Não conseguia nem ficar de pé. Guilhermina, já liberada da prisão no outro dia, viu num dos jornais que um corpo de uma pessoa, totalmente desfigurado e com sinais de torturas, havia sido encontrado no município de Escada-PE, na barragem do Bambu [Engenho Massauassu]. Tentou ver o cadáver no IML de Pernambuco, mais foi impedida pela polícia, que argumentou já ter sido identificado [grifo nosso para o depoimento de Guilhermina na época] (PARAÍBA, 2017, p. 2017-2180).

Em 1991 a Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos Políticos instituída pelo governo de Pernambuco conseguiu através das impressões digitais do prontuário encaminhado ao IML de Recife, identificar que o corpo encontrado com sinais de tortura na barragem de Escada-PE era de Ezequias Bezerra da Rocha (PARAÍBA, 2017).

O resultado rechaçou por completo as versões apresentadas pelas Forças Armadas de que Ezequias teria sido resgatado ou se envolvido em tiroteio. As provas solidificavam a tese de que o desaparecido havia sido torturado e morto em razão das lesões sofridas enquanto estava detido. No ano de 2015, a família de Ezequias Bezerra da Rocha ingressou com uma ação judicial pleiteando a retificação do atestado de óbito do parente desaparecido, para que constasse no documento a verdadeira causa mortis, qual seja, homicídio decorrente de múltiplas lesões ocasionadas por atos de tortura. [...]. Em 13 de abril de 2016, a Juíza da 11ª Vara de Família e Registros Públicos do Recife, Patrícia Ramos Galvão, concordando com o pedido dos membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), proferiu sentença favorável, nos seguintes termos:

Assim sendo, considerando arcabouço probatório nestes autos colacionado e a favorável manifestação do Representante do Parquet, e com fundamento no artigo 109 da Lei 6015/73, acolho o pedido, determinando que seja retificado o assento de óbito lavrado no Cartório da 9ª Zona – Madalena – Recife, sob o número 39.302, às fls. 283, do livro 33C, em 30 de janeiro de 1996, para que dele passa a constar que a causa morte de Ezequias Bezerra da Rocha foi choque decorrente de traumatismo cranioencefálico e do tronco e ferimento penetrante de abdômen, respectivamente, por instrumento contundente e perfuro-cortante, permanecendo intactos todos os demais dados do assentamento, expedindo-se o mandado necessário, após o trânsito em julgado da decisão [grifo nosso para decisão da juíza] (FIGUEREDO, 2016, p. 105-106).

Entre as entrevistadas que citaram Guilhermina Bezerra enquanto representação do medo no período do regime militar, nenhuma conseguiu tornar esses acontecimentos precisos, como nos dados veiculados acima. Para Darci de Deus (2017) a morte de Guilhermina foi um elemento fortalecedor para não se discutir sobre regime militar nem entre os colegas de trabalho, pois o risco de ser denunciado era iminente, como assinala:

Depois que Guilhermina foi presa foi que a gente ficou com medo mesmo, não confiava nem na outra com medo de denunciar que a gente que estava falando. A gente achava que realmente que o regime militar, em parte foi bom, mas às vezes ruim para determinadas pessoas, determinadas famílias sofreram muito a respeito do regime. Não tratávamos do assunto de jeito nenhum, não confiava nem na outra colega com medo de denunciar a gente. Não tinha a formação política nas escolas, a gente temia (DEUS, 2017).

Hosana Maria de Araújo estudou com Guilhermina durante o Ginásio, recorda que através das conversas informais tomou conhecimento sobre o que aconteceu com Guilhermina em Recife:

Até que teve uma colega nossa que ela foi pega com o marido dela, Guilhermina, a gente achou uma coisa horrível, o marido nunca conseguiram encontrar, mas a família [de Guilhermina] foi pra Recife e conseguiram resgatar ela, trouxeram, só que eu não sei se foi de sofrimento que ela passou lá, não ficou muito boa (ARAÚJO, 2018).

Eunice Teixeira (2018) recorda que a família de Guilhermina Bezerra recorreu a políticos piauienses para trazer a jovem de volta ao Piauí, usando o argumento de que se tratava de uma garota ingênua, que não era adepta ao comunismo, mas que fora influenciada pelo namorado e pelo ambiente contestador da universidade. Recorda que a jovem assistente social passou a trabalhar no Bairro Parque Piauí, em Teresina. Que ao atravessar a rua foi atingida por uma Kombi, vindo a falecer. Em Picos, Teixeira (2018) recorda que as pessoas diziam “se meteu onde não devia se meter, resultado: ele já morreu e ela se não tiver cuidado, morre também”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações das normalistas acerca do contexto histórico, político, social e econômico vivido no período em questão apontam para a ordem que o regime militar buscava para o país, trabalhando pela ordem nacional e contra aqueles que ameaçavam a soberania com o espectro do comunismo. Para algumas entrevistadas, a visão sobre o regime militar só mudou com o passar dos anos, gerando inclusive o sentimento de culpa pela passividade vivenciada diante da situação. As representações de medo acerca da ditadura surgiram para as entrevistadas picoenses depois da prisão da jovem assistente social Guilhermina de Sousa Bezerra, cujo esposo foi torturado e morto pelos militares em Recife. Esta representação de medo caminha entrelaçada com o aviso nas entrelinhas sobre qual caminho não tomar, sobre qual assunto não tratar, em outras

palavras, sobre o silenciamento esperado e oportuno para a segurança dos professores e das normalistas.

A participação dos meios de comunicação na construção da representação sobre o momento político do Brasil foi um ponto que se atenuou ao longo das entrevistas, visto que não existia movimento estudantil organizado na ENOP, não ocorriam debates acerca do regime em questão, então a televisão, o rádio e os jornais da época se tornaram a principal fonte de informação, e como foi analisado, o discurso que chegava até as normalistas apresentava o regime militar enquanto ação exitosa, promotora da ordem e segurança nacional. Com os grandes veículos trabalhando a favor do Governo Militar, a noção acerca das prisões e exílio eram conduzidas pela percepção de pessoas que se colocavam contra o desenvolvimento e segurança nacional.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Hosana de. Entrevista realizada em Picos-PI no dia 14 de maio de 2018.
- BRITO, Eleonora Zicare Costa de. História, Historiografia e Representação *in* KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins e NEGRÃO DE MELLO, Maria Tereza. (orgs.) **Os espaços da história cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008.
- BURKE, Peter. **A nova história, seu passado e seu futuro**. In: A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estud. av. vol.5 no.11 São Paulo Jan./Apr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2018.
- DEUS, Maria Darcí de. Entrevista realizada em Picos-PI no dia 27 de setembro de 2017.
- FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na Ditadura Militar. **Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 23 out. 2016.
- FIGUEREDO, Marx Igor Ferreira de. **Exumando Verdades: vítimas insepultas do Regime Militar no estado da Paraíba**. João Pessoa: Dissertação Mestrado UFPB-CCHL, 2016.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.
- JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS, **História Cultural: um panorama teórico e historiográfico**, Textos de História, Dossiê: A Justiça no Antigo Regime, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília, UnB, Vol. 11, n1-2, 2003.
- KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins e NEGRÃO DE MELLO, Maria Tereza. (orgs.) **Os espaços da história cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas, Editora Unicamp: 1992.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

NEGRÃO DE MELO, Maria Thereza. História Cultural como espaço de trabalho *in* KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins e NEGRÃO DE MELLO, Maria Tereza. (orgs.) **Os espaços da história cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008.

NETTO, José Paulo. **A pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **As formas do silêncio** – No movimento dos sentidos. Campinas-SP: Unicamp, 2007.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório final** / Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINHEIRO, Cristiane Feitosa. **História e Memória da Escola Normal Oficial de Picos (1967-1987)**. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPI, Teresina: 2007.

TEIXEIRA, Maria Eunice. Entrevista realizada em Picos-PI no dia 07 de maio de 2018.